

A CISHETERONORMATIVIDADE E A INVISIBILIDADE NO JORNALISMO: ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES DE PESSOAS LGBTQIAP+ NO GÊNERO NOTÍCIA

*CISHETERONORMATIVITY AND INVISIBILITY IN JOURNALISM:
A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE REPRESENTATIONS
OF LGBTQIAP+ PEOPLE IN THE NEWS GENRE*

RAFAEL RODRIGUES PEREIRA¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão acerca do discurso jornalístico, concebendo-o como elemento estruturante na construção de narrativas sociais. O objetivo geral consiste em investigar, a partir de 30 textos publicados no jornal Folha de S. Paulo, os processos de visibilização e invisibilização de identidades e sexualidades por meio das marcas linguístico-discursivas presentes no gênero notícia. Para a operacionalização da análise, adotou-se como base teórico-metodológica o modelo tridimensional de Fairclough e o inventário sócio-semântico, proposto por Theo van Leeuwen. Os resultados indicam que, embora as representações sejam heterogêneas, os processos comunicacionais tendem a refletir e reproduzir normas, valores e estereótipos relacionados a gênero e sexualidade. Ademais, verificou-se a recorrente exclusão ou apagamento das vozes LGBTQIAP+ nas notícias analisadas, sendo a presença de fontes oficiais predominante, ao passo que sujeitos dissidentes aparecem de forma pontual.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Análise Crítica do Discurso. Representação Social. Jornal Folha de S. Paulo

ABSTRACT

This article proposes a reflection on journalistic discourse, conceiving it as a structuring element in the construction of social narratives. The general objective is to investigate, based on 30 texts published in the newspaper Folha de S. Paulo, the processes of visibility and invisibility of identities and sexualities through the linguistic-discursive features present in the news genre. For the operationalization of the analysis, Fairclough's three-dimensional model and the socio-semantic inventory proposed by Theo van Leeuwen were adopted as the theoretical-methodological framework. The results indicate that, although the representations are heterogeneous, communicational processes tend to reflect and reproduce norms, values, and stereotypes related to gender and sexuality. Furthermore, the recurrent exclusion or erasure of LGBTQIAP+ voices was observed in the analyzed news pieces, with the presence of official sources predominating, while dissident subjects appear only sporadically.

Keywords: Gender. Sexuality. Critical Discourse Analysis. Social Representation. Folha de S. Paulo Newspaper.

¹ Graduando em Jornalismo pela UCA. Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Letras Português pela Universidade de São Paulo. Especialista em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal. Pesquisador das representações de gênero, sexualidade e interseccionalidades no campo do Jornalismo, membro do Grupo de Estudos e Observação de Mulheres na Mídia (Grêmio), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo. Vínculo Institucional: Faculdade Católica Paulista. E-mail: Rafa.rpereira@gmail.com

Introdução

É crucial destacar que o jornalismo, ao ter um compromisso ético-social e um papel público, deve refletir a diversidade de existências, corpos e expressões na sociedade contemporânea. Contudo, muitas vezes, o campo jornalístico negligencia processos culturais historicamente constituídos, como se observa nas representações de identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais. Tal negligência está vinculada, inclusive, às linhas editoriais dos veículos, uma vez que o jornalismo não é um campo de neutralidade ou isenção, mas um espaço permeado por disputas simbólicas e políticas.

Assim, é crucial destacar a relevância e o crescente protagonismo do movimento LGBTQIAP+ como agente de mudança social, que nas últimas cinco décadas tem desempenhado um papel significativo, com registros de mobilizações e veículos de imprensa dissidentes já nos anos 1970, como argumenta Renan Quinalha (2022), na obra *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Essa trajetória revela que a luta por direitos e visibilidade não é recente, mas parte de um longo processo de resistência frente às estruturas de poder. Em decorrência disso, o movimento passou a receber ampla atenção nos eventos noticiados pelo jornalismo brasileiro, especialmente durante as primeiras Paradas do Orgulho LGBTQIAP+.

Diante desse aumento de visibilidade, torna-se imperativo compreender as dinâmicas e os valores presentes nas narrativas jornalísticas em relação à comunidade LGBTQIAP+. Conforme argumentado por João Carlos Correia (2009), é fundamental explorar as formas de “codificação” dos grupos minoritários pelos meios de comunicação, investigando se sua “aparição” resulta em sua “inclusão” ou “exclusão”. Nesse contexto, é essencial compreender como ocorre a construção, a formatação e o consumo social das notícias dentro de um sistema de comunicação complexo.

Dessa forma, é importante destacar que, no contexto das questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, ainda predomina, no imaginário social, uma compreensão naturalizada ou essencialista dessas categorias, como se fossem atributos biológicos e imutáveis. Essa perspectiva ignora o fato de que gênero e sexualidade são construções sociais, culturais e históricas, moldadas por múltiplos discursos que definem normas, legitimam comportamentos e regulam corpos.

Pesquisadores como Judith Butler (2003; 2004), Guacira Lopes Louro (2004) e Paul B. Preciado (2018) argumentam que essas experiências não decorrem de uma “natureza” pré-determinada, mas resultam de processos discursivos e institucionais que produzem e reforçam padrões hegemônicos. Assim, reconhecer essa dimensão construída é fundamental para problematizar os enquadramentos jornalísticos que reproduzem ou legitimam tais visões essencialistas.

Partindo do pressuposto de que o jornalismo em si é um discurso socialmente construído, inserido na história e na cultura, capaz de articular e influenciar os valores predominantes na época, examinar o papel e a maneira como o jornalismo contribui para a criação de significados, a formação e/ou fortalecimento de valores considerados aceitáveis, bem como as dinâmicas sociais de poder, é essencial para compreender como essas interações, às vezes, perpetuam as desigualdades.

O artigo tem como objetivo geral investigar, a partir de 30 textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, os processos de visibilização e invisibilização por meio das marcas linguístico-discursivas presentes no gênero notícia. Para a operacionalização da análise, adotam-se

como base teórico-metodológica na Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001; 2016) e o inventário sócio-semântico proposto por Theo van Leeuwen (1997), articulando as dimensões textual, discursiva e social.

O corpus é composto por notícias publicadas nos anos de 2001, 2011 e 2021, coletadas no acervo digital da *Folha de S. Paulo*, no caderno Cotidiano, por meio de palavras-chave relacionadas às identidades LGBTQIAP+. Foram selecionadas 30 matérias de forma aleatória, permitindo a análise comparativa de representações ao longo de duas décadas.

Heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias: Normatização sexual e de gênero - aspectos conceituais

A cisheteronormatividade constitui um sistema cultural e político que legitima como naturais e universais a cisgeneridade e a heterossexualidade, estruturando relações de poder que excluem, estigmatizam e marginalizam identidades dissidentes. Essa lógica opera por meio de normas sociais que conectam, de forma compulsória, sexo, gênero e desejo, sustentando hierarquias e reproduzindo desigualdades.

A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, para que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi designada pelo estado (Bagagli, 2017, p. 159- 160).

A cisnormatividade precede a heteronormatividade. Este conceito descreve todo o sistema de relações de poder baseado na heterossexualidade dos corpos, o qual assume inicialmente que esses corpos são cisgêneros. Portanto, o corpo feminino é sempre associado a um corpo que possui uma biovagina², enquanto o corpo masculino é sempre relacionado a um corpo que possui um biopênis³ (Preciado, 2018, p. 134). Esses corpos diferentes naturalmente se atraem de acordo com a ordem estabelecida pela heteronormatividade.

Assim, os discursos sobre sexo, como produtos de mecanismos de produção da verdade, buscam regular e controlar os corpos e subjetividades através da padronização dos modos de ser e se expressar das pessoas. Conforme Preciado (2018), a sexopolítica

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (Preciado, 2018, p.11).

2 Preciado (2018) utiliza o termo biovagina para se referir ao órgão sexual vaginal. Esses termos estão inseridos em um contexto em que existe uma construção cultural de diferenciação social (homem/mulher) apoiada na distinção anatômica (biopênis/biovagina).

3 Preciado (2018) utiliza o termo biopênis para marcar uma diferença entre o órgão anatômico e o dildo sintético/fabricado, usado como uma referência à materialidade biológica.

À serviço dessa regulação está a heteronormatividade, que normatiza, legitima e privilegia a heterossexualidade como algo inerente e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se conformam à norma heterossexual (Cohen, 1997). Essa divisão binária do sexo (fêmea/macho), alinhada a um respectivo gênero binário (feminino/masculino), pressupõe uma complementaridade entre os sexos, estabelecendo assim a heterossexualidade compulsória, que impõe uma ordem social e exige dos indivíduos uma conformidade heterossexual obrigatória entre sexo-gênero-desejo (vagina-feminino-homem ou pênis-masculino-mulher).

Nessa construção social, uma norma é estabelecida, restringindo a diversidade de expressões da sexualidade e do desejo, e classificando como “desvios” qualquer desvio desses dois arranjos (Butler, 2004; 2017). Na lógica heteronormativa, os homens são supostamente atraídos pelas mulheres como gêneros opostos que se complementam. No entanto, essa ideia pressupõe, em primeiro lugar, a cisgeneridade, já que a classificação homem/mulher está socialmente vinculada à anatomia corporal. Isso é a cisnorma, que consolida a cisgeneridade como o padrão de normalidade.

O conceito de cisheteronormatividade engloba, portanto, um conjunto de normas que assumem que as pessoas são sempre cisgêneras e heterossexuais como uma característica natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020). É entendido como um sistema de crenças socioculturais, no qual a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de incompreensão quando se relacionam aos processos identitários que divergem do padrão estabelecido. Este é um mecanismo que revela que, culturalmente, a expectativa social em relação à “naturalidade” da conexão entre sexo, gênero e desejo é que corpos com vagina sejam reconhecidos como mulheres e se sintam sexualmente atraídos por homens, enquanto estes últimos são identificados dessa forma ao possuírem um corpo com pênis e desejarem sexualmente mulheres.

Uma sociedade cisheteronormativa é aquela em que o padrão predominante de comportamento é baseado na compulsoriedade da heterossexualidade e da cisgeneridade, e todos aqueles que divergem desse padrão são estigmatizados e punidos. Mesmo com os avanços no debate sobre gênero e sexualidade, visando ampliar as concepções sociais sobre a diversidade de identidades e orientações sexuais, ainda estamos imersos em uma sociedade marcada pela normatividade de gênero, na qual prevalece uma estrutura cisheteronormativa que regula os caminhos sociais das pessoas em prol do controle de seus corpos e subjetividades.

Nesse contexto, conforme Louro (2004), a sequência sexo-gênero-sexualidade opera como uma linha contínua que demarca e naturaliza normas, estruturando relações de poder. Essa lógica não apenas impõe expectativas rígidas sobre os corpos e identidades, mas também define quais expressões de gênero e orientações sexuais serão reconhecidas como legítimas.

A construção das identidades sexuais visa principalmente naturalizar e determinar as diferenças de sexo. Dessa forma, ao associar a heterossexualidade à natureza, ela se torna uma norma institucionalizada, presente nas esferas sociais, políticas, jurídicas e econômicas, de forma explícita ou implícita. “Uma vez institucionalizado, o heterossexismo se incorpora à cultura e se reflete nos discursos cotidianos das pessoas” (Rios, 2007).

Essa naturalização da heterossexualidade reforça a ideia de que qualquer comportamento sexual que se afaste do padrão heterossexual representa uma ameaça à harmonia dos papéis sociais esperados em relação ao gênero e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. Assim, qualquer questionamento que desafie a universalidade e naturalidade da heterossexualidade é tratado como uma questão de minorias e marginalizado socialmente.

Curiosamente, "esses indivíduos 'marginalizados' continuam sendo essenciais, pois contribuem para definir os limites daqueles considerados normais, que, de fato, são os sujeitos relevantes" (Louro, 2004, p. 66). Em um quadro binário (homossexual versus heterossexual), sempre haverá e será reconhecido um lado que será menosprezado, identificado como minoria, o qual, embora diferente ou divergente, possa ser "tolerado" pela sociedade. Neste ponto, é desafiador considerar a existência de múltiplas sexualidades, uma vez que a ideia de multiplicidade escapa à compreensão convencional (Louro, 2004).

Na história, o estabelecimento da heteronormatividade na cultura, associada às dinâmicas de poder, conforme Foucault (1988), era fortemente impulsionado por uma prática médica entrelaçada a conhecimentos religiosos, servindo aos interesses dominantes da ordem social. Era evidente a aversão ao que era considerado patológico e uma ameaça à "pureza" moral. Foucault (1987), em sua obra "Vigiar e Punir", explora essa regulação dos corpos exercida pelas classes dominantes do saber, do poder e da economia, argumentando que um corpo que pode ser moldado, treinado e disciplinado também deve estar sujeito a obedecer.

É crucial compreender que o conceito de heteronormatividade envolve uma série de incentivos às práticas e normas heterossexuais, como o casamento monogâmico, a fidelidade conjugal e a configuração tradicional da família (pai, mãe e filhos/as). Isso sugere a presença do heterossexismo compulsório, que é imperativo e não sujeito a questionamentos, exigindo que todos os indivíduos reconheçam a legitimidade das práticas heterossexuais.

A hegemonia da heteronormatividade no Brasil é machista, perpetuando a ideia de que a mulher é naturalmente inferior ao homem. O machismo é uma herança de uma sociedade patriarcal do passado que ainda persiste nos dias atuais. Além do machismo, outro problema da heteronormatividade é que ela se mantém como o pensamento dominante, marginalizando qualquer ideia nova que desafie seu status quo. Nesse paradigma, as sexualidades e identidades de gênero consideradas marginais são percebidas como alvos a serem combatidos e erradicados.

O papel do jornalismo e suas narrativas: A influência da notícia na construção social da realidade

O jornalismo, quando considerado em sua dimensão discursiva, representa um campo significativo para a geração de significados, possibilitando a construção de novas abordagens sobre gênero e sexualidade, baseadas no conceito de diversidade sexual. Reconhecendo o impacto substancial do jornalismo na construção da realidade e sua estreita relação com as normas sociais prevalentes, isto é, tanto na transmissão quanto na reprodução dessas normas, pressupõe-se que ele contribui para a perpetuação dos princípios dominantes da sociedade, agindo indiretamente para manter o status quo.

É importante ressaltar que não se trata de abordar o jornalismo de forma dualista, que consistentemente trabalha nessa direção, mas sim de entender as notícias como resultado da interseção do jornalismo hegemônico com a cultura na qual está inserido. Isso nos leva a uma visão mais abrangente e menos restritiva do jornalismo, indo além do foco exclusivo nas redações.

Para compreender a construção da notícia, podemos recorrer às teorias construcionistas, que consideram o próprio ethos jornalístico, o ambiente onde as notícias são produzidas, como um elemento fundamental. Dentro desse ethos, o jornalista se destaca (Silva, 2010, p.41). Conforme Veiga e Darde

As teorias construcionistas “[...] reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Wolf (2004, p. 190) compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “[...] as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (Veiga & Darde, 2009, p. 6).

Nessa perspectiva, de acordo com Essenfelder (2017, p.188), entende-se que os jornalistas desempenham o papel de narradores. Essa afirmação poderia ser considerada óbvia, se não fosse levado em conta o ethos do campo jornalístico, cujos padrões incluem verdade, objetividade e imparcialidade, atributos que mais se assemelham a uma máquina que reproduz realidades do que a um intérprete dos fenômenos sociais. É interessante notar como essa dinâmica contribui para a formação de um estereótipo comum sobre os jornalistas, amplamente difundido inclusive por eles mesmos: o de que o repórter é um profissional de ação, e não de reflexão. Dessa forma, ele é visto como um (re)transmissor de discursos, e não como um agente ativo e autor na sociedade.

Neste contexto, Moita destaca que:

Os manuais de redação jornalística, assim como os livros de técnica do jornalismo, insistem que o jornalismo é o lugar da racionalidade e da objetividade, onde deve evitar-se não apenas a opinião e os pontos de vista de quem escreve, mas também toda implicatura de qualquer insinuação poética ou metafórica. (...) o objetivo central das regras de redação do texto jornalístico é intercambiar as informações com os leitores, ouvintes ou telespectadores de forma radicalmente efetiva e econômica (no sentido linguístico dos termos) (Moita, 2006, p. 25).

Apesar do esforço dos manuais de jornalismo em despojar as notícias de sua natureza narrativa, definindo-as como relatos objetivos dos acontecimentos, a dimensão narrativa persiste. A redação de uma notícia, afinal, é uma experiência criativa, mesmo que algumas orientações técnicas tentem minimizar esse aspecto. Assim, é viável resgatar a natureza narrativa do jornalismo, visto que “o jornalista não apenas divulga, mas constrói mundos. Não é uma máquina, mas um narrador: um autor das narrativas da contemporaneidade” (Essenfelder, 2016, p. 45).

Essencialmente, o jornalismo tem a missão de informar as pessoas sobre os eventos do mundo. Nas sociedades modernas, que enfrentam problemas sociais complexos, o jornalismo desempenha um papel crucial na mediação entre as pessoas e a realidade. Muitas vezes, o jornalismo é confundido com a própria realidade. No entanto, ele é uma representação do real, uma fração dele. Nesse contexto, é interessante ressaltar que o jornalista nunca esteve em um estado de inércia; pelo contrário, ele não apenas comunica os fatos para os outros, mas também é alguém que produz e reproduz conceitos. Traquina destaca essa perspectiva ao afirmar:

“Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1993, p. 168).

Portanto, no processo de elaboração da notícia, além da expertise do jornalista em observar, selecionar e descrever o evento, há também os desafios organizacionais com os quais os jornalistas lidam em sua rotina. “As decisões tomadas pelos jornalistas durante o processo de produção de notícias só podem ser compreendidas ao inserir o jornalista em seu contexto imediato - o da organização para a qual ele ou ela trabalha” (Traquina, 2016, p.35). Dessa forma, a notícia é percebida como uma “representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 1996, p.18).

Nesse contexto, portanto, a compreensão da realidade está inevitavelmente ligada às interpretações veiculadas pelas notícias

Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Portanto, podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante (Alsina, 2009, pp. 46-47).

Nesse viés, as teorias construtivistas entendem que o jornalismo transmite discursos que, como tal, estão inscritos na história, partindo de significados social e culturalmente determinados (Benetti, 2007). Dessa forma, tendo-se em vista que esses discursos são construídos por indivíduos por meio dos significados disponíveis em sua cultura, acredita-se que a subjetividade do jornalista está presente no produto jornalístico final, ademais, existem outros aspectos que irão definir o que será veiculado, quem serão as fontes consultadas, e mesmo a forma como a notícia será organizada enquanto narrativa. Nesse sentido, Traquina, na obra *Teorias do Jornalismo*:

argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos, que devem refletir essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutra é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores [...] (Traquina, 2005, p. 168/169).

Para uma reflexão sobre as categorias de identidades dissidentes, que são parte do objeto de pesquisa, é crucial compreender os fatores mencionados anteriormente e a relação entre discurso e realidade. Em outras palavras, a maneira como a notícia é estruturada para narrar e descrever um evento está intrinsecamente ligada à questão política, que ocupa uma posição central nas lutas e nos acontecimentos. Benetti (2007, p. 111) enfatiza que o texto “é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que se inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Isso significa que a produção das desigualdades sociais deriva do reconhecimento das diferenças, sendo que as exclusões simbólicas estão conectadas às discriminações vivenciadas nas relações sociais.

Conclusão: os resultados da pesquisa à luz das categorias analíticas

A análise das 30 notícias publicadas pelo *Folha de S. Paulo* nos anos de 2001, 2011 e 2021 mostrou padrões claros de enquadramento da população LGBTQIAP+. Organizando os resultados em cinco categorias — elementos textuais, representação social, interdiscursividade, fontes consultadas e formações ideológicas/hegemônicas — foi possível quantificar e interpretar tendências recorrentes.

Nos elementos textuais, 25 matérias (83,3%) empregaram recursos linguísticos como construções passivas, adjetivos pejorativos ou metáforas depreciativas, contribuindo para a desumanização ou o apagamento das identidades retratadas. Apenas 5 textos adotaram vocabulário neutro ou afirmativo. Esse padrão confirma que, como afirma Hall (1997), os significados culturais — aqui materializados nas escolhas linguísticas — organizam e regulam práticas sociais, influenciando percepções e comportamentos.

Quanto à representação social, 21 matérias (70%) associaram a presença LGBTQIAP+ a episódios de violência física, simbólica ou institucional; 7 (23,3%) situaram essas identidades em disputas judiciais ou embates políticos, enquanto apenas 2 (6,7%) abordaram experiências positivas ou narrativas de afirmação. Tal recorte demonstra que, na maioria dos casos, a diversidade é representada de forma estereotipada, estigmatizada e discriminatória, reforçando a heteronormatividade social hegemônica.

Na interdiscursividade, os enquadramentos estiveram ligados, majoritariamente, à segurança pública (63,3%), religião (46,7%), esfera jurídica (40%) e política (36,7%). Esses números dialogam diretamente com o modo como, no caso específico de travestis e mulheres transexuais, as narrativas jornalísticas as vinculam quase exclusivamente à violência, prostituição ou uso de drogas — relações que não surgem ao acaso, mas de discursos conservadores persistentes.

O levantamento das fontes consultadas revelou que 27 matérias (90%) priorizaram vozes oficiais ou institucionais, seguidas por fontes especializadas. Pessoas LGBTQIAP+ apareceram como fontes diretas em apenas 8 textos (26,7%), geralmente na condição de lideranças ou militantes. Esse dado confirma a análise de Traquina (1993) sobre o acesso desigual das fontes aos meios de comunicação: enquanto certos grupos têm presença recorrente, outros precisam desafiar a ordem social para serem incluídos.

Quanto às formações ideológicas e hegemônicas, 24 matérias (80%) reproduziram discursos alinhados à matriz cisheteronormativa, ao conservadorismo religioso e à manutenção de normas sociais sobre gênero e sexualidade. Apenas 5 textos (16,7%) apresentaram enquadramentos emancipatórios ou de reconhecimento de direitos. Isso mostra que o jornalismo, ao privilegiar determinadas vozes e enquadramentos, contribui para a manutenção de relações de poder e para a legitimação de hierarquias sociais, ainda que, pontualmente, incorpore discursos mais progressistas.

Esses resultados reforçam que as notícias desempenham papel central na produção e circulação de significados, sendo parte de um processo cultural mais amplo que molda condutas e tem efeitos concretos na vida social (Hall, 1997). Ao homogeneizar comportamentos e ideologias, por meio da repetição de estereótipos, o jornalismo limita as possibilidades de representação. Romper com essa lógica implica ampliar a diversidade de vozes e de enquadramentos, de modo a construir representações mais abrangentes e democráticas.

É crucial ressaltar que as notícias desempenham um papel significativo na vida social, atuando como uma fonte de produção e troca de significados, o que está intrinsecamente ligado à cultura. Essa importância se baseia principalmente no fato de que são “[...] os significados culturais que organizam e regulam as práticas culturais, influenciando nossas condutas e, consequentemente, tendo efeitos reais e práticos” (Hall, 1997, p.2). Dentro desse contexto, os resultados desta pesquisa indicam, em sua maioria, uma representação social da diversidade de maneira estereotipada, estigmatizada e discriminatória, enraizada em uma perspectiva que reforça a heteronormatividade social hegemônica.

O jornalismo exerce uma influência significativa na vida das pessoas, muitas vezes buscando homogeneizar seus comportamentos e ideologias, o que inclui a disseminação de estereótipos. No entanto, ao desafiar esses estereótipos ou deixar de perpetuá-los, contribui-se para evitar a limitação das identidades e a determinação de como cada indivíduo deve se comportar. Ao romper com essa lógica reducionista, é possível avançar na construção de representações mais diversas e abrangentes da comunidade LGBTQIAP+.

As narrativas jornalísticas desempenham um papel essencial na compreensão da cultura pelo público. No caso específico das mulheres travestis e transexuais, essas narrativas frequentemente as limitam, associando-as principalmente à violência, prostituição e uso de drogas, influenciadas por discursos conservadores que não surgem por acaso. É o jornalista, alinhado com a orientação editorial da empresa, que decide o que será relatado sobre essas mulheres e como será apresentado. Muitas vezes, elas só são abordadas como pautas quando são vítimas de assassinatos brutais.

Em relação às diferentes formas de discurso, aquelas mais proeminentes nas notícias estão ligadas à insegurança, devido ao contexto de violência e assassinatos a que estão expostas. Também há a dimensão religiosa, evidenciada pelos discursos de líderes religiosos e políticos que remetem à Bíblia, à conversão da sexualidade e a práticas consideradas imorais ou pecaminosas. A dimensão jurídica é outra, considerando a evolução dos direitos civis e as demandas judiciais de casais homossexuais e pessoas transgênero. Por fim, a dimensão política, onde as decisões que afetam diretamente os direitos das pessoas LGBTQIAP+ são tomadas.

Essas diferentes formas de discurso se destacam devido às temáticas que envolvem a população LGBTQIAP+ nos noticiários. Assim, as formas de discurso presentes nas narrativas sobre gênero e sexualidade no jornalismo hegemônico reproduzem ideologias e relações de poder, contribuindo para a violação dos direitos humanos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e +.

Quem é incluído e quem é excluído do discurso hegemônico? Ao analisar e classificar as fontes de informação utilizadas nas notícias, observa-se o predomínio de fontes oficiais e institucionais, seguidas por fontes especializadas. Os jornalistas utilizam diversos critérios para avaliar a credibilidade de uma informação, incluindo autoridade, produtividade e credibilidade. A autoridade da fonte está relacionada à sua posição na sociedade; portanto, os jornalistas tendem a preferir fontes oficiais ou institucionais, visto que representam ações e opiniões oficiais, sendo mais cautelosas em relação a mentiras explícitas e geralmente mais persuasivas.

É importante ressaltar a escassez de representação das pessoas LGBTQIAP+ na maioria das notícias. Traquina (1993, p. 173) discute a diversidade de vozes na composição das notícias e examina o acesso desigual das fontes aos meios de comunicação. Nem todas as fontes têm

igual oportunidade de serem incluídas nos meios de comunicação. Enquanto alguns grupos sociais são frequentemente mencionados nas notícias, outros precisam desafiar ou perturbar a ordem social para serem considerados nas formas convencionais de produção de notícias.

As ideologias e hegemonias presentes nos discursos refletem predominantemente a matriz hegemônica cisheteronormativa na representação das pessoas LGBTQIAP+, embora as notícias também incorporem de forma discreta discursos emancipatórios e mais progressistas. As notícias são investidas de ideologia, pois contribuem para a reprodução e manutenção de relações de poder, legitimando e ocultando assimetrias ao continuar perpetuando os significados que sustentam a estrutura de dominação. A ACD parte do princípio de que, em geral, as pessoas não estão conscientes dos efeitos ideológicos do discurso na vida social. Por esse motivo, o objetivo desta pesquisa é revelar conexões e causas que permanecem obscurecidas, com foco no papel da linguagem na mudança discursiva e social.

Referências

- Alsina, M. R. (1996). **La construcción de la noticia**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Alsina, M. R. (2009). **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes.
- Bagagli, B. P. (2017). **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cis-generidade como normas**. Macapá: Letras Escreve.
- Benetti, M. (2007). **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. LÍBERO - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, 10(20), 37-46.
- Butler, J. (2003). **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** *Cadernos Pagu*, (21), 219-260.
- Butler, J. (2004). **Undoing gender**. New York; London: Routledge.
- Cohen, C. J. (1997). **Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?** *GLQ - A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 3, 437-465.
- Correia, J. C. (2009). **Teoria e crítica do discurso noticioso: Notas sobre jornalismo e representações sociais**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior - LabCom.
- Darde, V. W. S., & Morigi, V. J. (2012). **Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo**. *Brazilian Journalism Research*, 8(1), 149-165.
- Essenfelder, R. (2016). **De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas**. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 6(18), 31-47.
- Essenfelder, R. (2017). **Inovação narrativa na grande reportagem de internet**. *Contemporânea*, 15(1), 182-206.
- Fairclough, N. (2001). **Discurso e mudança social** (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005). **Peripheral vision - Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism**. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.
- Foucault, M. (1988). **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal.
- Hall, S. (1993). **A produção social das notícias: o mugging nos media**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teoria e "estórias"* (pp. 224-248). Lisboa: Vega.

- Hall, S. (1997). The work of representation. In S. Hall (Ed.), **Representation: Cultural representations and signifying practices** (pp. 13–74). London: Sage/The Open University.
- Louro, G. L. (2004). **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica.
- Meyer, D. E. E. (2004). **Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(1), 13–18.
- Moita, L. L. P. da. (2006). **"Falta homem até pra homem": A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático**. In V. M. Heberle, A. C. Ostermann & D. C. Figueiredo (Orgs.), *Linguagem e gênero: No trabalho, na mídia e em outros contextos* (pp. 131–157). Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Preciado, P. B. (2018). **Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica** (M. P. Gurgel Ribeiro, Trad.). São Paulo: n-1 edições.
- QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de discurso crítica: Do modelo tridimensional à articulação entre as práticas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5, 185–207.
- Rios, R. R. (2007). **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**. In F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 31–48). Porto Alegre: Nuances.
- Traquina, N. (1993). **As notícias**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 167–176). Lisboa: Veja Ltda.
- Traquina, N. (2005). **Teorias do jornalismo. Volume 1: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2016). **Introdução geral**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 29–35). Florianópolis, SC: Insular.
- Van Dijk, T. A. (2010). **Discurso e poder** (2ª ed., J. Hoffnagel & K. Falcone, Orgs. e Trans.). São Paulo: Contexto.
- Van Leeuwen, T. (1997). **A representação dos atores sociais**. In E. R. Pedro (Org.), *Análise crítica do discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional* (pp. 23–52). Lisboa: Editorial Caminho.